

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

31) O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal apresenta as seguintes finalidades:

- I. avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II. comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III. exercer o controle das operações de crédito, dos avais e das garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV. apoiar o controle externo no exercício da sua missão institucional;
- V. definir que o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total das receitas estimadas para o mesmo período.

Estão corretas somente as assertivas

- a) I e V.
- b) II e IV.
- c) III e V.
- d) I, II, III e IV.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Todas as afirmativas estão corretas, conforme disposto no Capítulo 1, art. 2º, do Decreto nº 3.591/2000, que estabelece as finalidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Fonte: BRASIL. **Decreto nº 3.591**, de 6 de setembro de 2000, com alterações posteriores. Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

32) A avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei das Diretrizes Orçamentárias é responsabilidade da

- a) Advocacia-Geral da União.
- b) Controladoria Geral da União.
- c) **Secretaria Federal de Controle Interno.**
- d) Secretaria Municipal de Controle Interno.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

O Capítulo IV, art. 11, inciso XVI, do Decreto nº 3.591/2000, estabelece que a Secretaria Federal de Controle Interno é responsável pela avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Fonte: BRASIL. **Decreto nº 3.591**, de 6 de setembro de 2000, com alterações posteriores. Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

33) O Sistema de Contabilidade Federal tem por finalidade evidenciar a situação

- a) dos custos financeiros do Estado.
- b) financeira e de investimentos da União.
- c) de investimentos patrimoniais do Estado.
- d) **orçamentária, financeira e patrimonial da União.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

O Capítulo 1, art. 2º, do Decreto nº 6.976/2009, estabelece que o Sistema de Contabilidade Federal visa a evidenciar a situação orçamentária, financeira e patrimonial da União.

Fonte: BRASIL. **Decreto nº 6.976**, de 7 de outubro de 2009, com alterações posteriores. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal.

34) A demonstração contábil, definida no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, é o(a)

- a) **Balanco Financeiro.**
- b) Balanco Patrimonial.
- c) Balanco Orcamentario.
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

O Balanco Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.268/09).

Fonte: BRASIL. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.** Brasília: CFC.

35) Os principais conceitos de custos nos órgãos públicos são identificados a partir de informações dos subsistemas orçamentário e patrimonial. Qual é a unidade que se deseja mensurar e avaliar os custos?

- a) **Objeto de custo.**
- b) Sistema de custeio.
- c) Subsistema patrimonial.
- d) Sistema de acumulação.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Analisando as alternativas apresentadas, tem-se:

- objeto de custo – unidade que se deseja mensurar e avaliar os custos. Os principais objetos de custos são identificados a partir de informações dos subsistemas orçamentário e patrimonial;
- sistema de custeio – associado ao modelo de mensuração e, desse modo, podem ser custeados os diversos agentes de acumulação de acordo com diferentes unidades de medida, dependendo das necessidades dos tomadores de decisões. No âmbito do sistema de custeio, podem ser utilizadas as seguintes unidades de medida: custo histórico; custo-corrente; custo estimado; e custo padrão;
- subsistema patrimonial – a dimensão dos produtos e serviços prestados, identificados e mensurados a partir das transações quantitativas e qualitativas afetas ao patrimonial da entidade consoante os Princípios de Contabilidade; e,
- sistema de acumulação – corresponde à forma como os custos são acumulados e apropriados aos bens e serviços e outros objetos de custos e está relacionado ao fluxo físico e real da produção. Os sistemas de acumulação de custos no setor público ocorrem por ordem de serviço ou produção e de forma contínua.

Fonte: BRASIL. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.** Brasília: CFC.

36) Assinale o tipo de auditoria que objetiva emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas e verificar a execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração dos valores e outros bens da União ou a ela confiados, compreendendo, entre os aspectos abordados.

- a) Contábil.
- b) **De Gestão.**
- c) Do Sistema.
- d) Operacional.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Analisando os tipos de auditoria apresentados, tem-se:

- contábil – técnica que, utilizada no exame dos registros e documentos e na coleta de informações e confirmações, mediante procedimentos específicos, pertinentes ao controle do patrimônio de um órgão ou entidade, objetiva obter elementos comprobatórios suficientes que permitam opinar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e se as demonstrações deles originárias refletem, adequadamente, a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas;
- de gestão – objetiva emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração dos valores e outros bens da União ou a ela confiados, compreendendo, entre outros, os aspectos: exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas; exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos; verificação da existência física de bens e outros valores;

verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil; e verificação do cumprimento da legislação pertinente;

- **do sistema** – objetiva assegurar a adequação, privacidade dos dados e informações oriundas dos sistemas eletrônicos do processamento de dados, observando as diretrizes estabelecidas e a legislação específica; e,
- **operacional** – atua nas áreas inter-relacionadas do órgão/entidade, avaliando a eficácia dos seus resultados em relação aos recursos materiais humanos e tecnológicos disponíveis, bem como a economicidade e eficiência dos controles internos existentes para a gestão dos recursos públicos. Sua filosofia de abordagem dos fatos é de apoio, pela avaliação do atendimento às diretrizes de abordagem dos fatos é de apoio, pela avaliação do atendimento às diretrizes e normas, bem como pela apresentação de sugestões para seu aprimoramento.

Fonte: FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 117.

37) A auditoria, de acordo com os fins a que se destina, pode ser realizada com as seguintes finalidades, **exceto**:

- a) apurar erros e fraudes.
- b) **apurar o fluxo de caixa.**
- c) julgar concessão de crédito.
- d) permitir melhor controle administrativo.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

O fluxo de caixa é apurado pela contabilidade, o auditor pode utilizar os dados, mas não apurá-lo.

Fonte: FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 206.

38) A relação do auditor com a entidade auditada se faz através da auditoria interna ou externa. A auditoria interna é exercida por funcionário da própria empresa, em caráter permanente, a qual apresenta as seguintes desvantagens, **exceto**:

- a) laços de amizade.
- b) envolvimento na rotina de trabalho.
- c) comodismo trazido pelo conhecimento prévio da situação.
- d) **independência e liberdade para acessar qualquer departamento da empresa.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A vantagem da auditoria interna é a existência, dentro da própria organização, de um departamento que exerce permanente controle – prévio, concomitante e consequente – de todos os atos da administração. Os auditores devem exercer sua função com absoluta independência, e devem ter a liberdade de acesso a qualquer dos departamentos da empresa, para fazer verificações, exames, levantamentos e pedir informações e dados para suas conclusões.

Fonte: FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 218.

39) Através de métodos ou técnicas apropriados, a auditoria verifica se o item existe, mensura-o, avalia-o e, em seguida, verifica se foi corretamente registrado ou escriturado. Se não o foi, propõe os ajustes e as correções que julgar necessárias. São considerados como métodos de auditoria, **exceto**:

- a) inspeção física.
- b) contagem dos itens físicos.
- c) **exame superficial de comprovantes.**
- d) confirmação externa (circularização).

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

O exame, ou obtenção, de comprovantes autênticos é considerado como método de auditoria.

Fonte: FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 298.

40) Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

Ao se iniciar qualquer trabalho de auditoria, este deve ser cuidadosamente planejado, tendo em vista seu objetivo. Os _____ e _____ serão orientados conforme o alcance visado pela auditoria.

- a) testes / as apurações
- b) exames / as verificações**
- c) métodos / os limites operacionais
- d) níveis de segurança dos dados / os riscos

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Analisando as alternativas apresentadas, tem-se:

- testes e apurações – a auditoria não realiza/orienta a apuração de dados;
- exames e verificações – serão orientados conforme o alcance visado pela auditoria;
- métodos e limites operacionais – a auditoria não estabelece limites operacionais; e,
- níveis de segurança e riscos – o objeto da auditoria é buscar a segurança das operações, e não estabelecê-la.

Fonte: FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 297.

41) Com referência aos objetivos visados pelos procedimentos de auditoria na área de estoques, analise as afirmativas.

- I. Assegurar-se de que os estoques existem fisicamente e são de propriedade da empresa auditada.
- II. Determinar a eventualidade da existência de ônus pesando sobre os estoques ou parte deles, e qual a natureza do ônus.
- III. Determinar se os estoques são apropriados para sua finalidade e se têm condições de realização, isto é, verificar se há obsolescências, defeitos, má conservação etc..
- IV. Examinar os critérios de avaliação e adequação desses critérios, tendo em vista os princípios fundamentais de contabilidade e a correção dos cálculos.
- V. Estipular a paralisação da produção e de setores do almoxarifado.

Estão corretas somente as afirmativas

- a) IV e V.
- b) I, III e V.
- c) II, III e IV.
- d) I, II, III e IV.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A única afirmativa **incorreta** é a “V”, pois estipular a paralisação da produção e de setores do almoxarifado é uma providência a cargo da empresa para a realização do inventário físico, e não da auditoria,.

Fonte: FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 400.

42) Os estabelecimentos industriais do Estado, mantidos no interesse público, como a imprensa oficial, os serviços de água, esgoto, transportes, estradas de ferro e demais serviços públicos industriais, com autonomia administrativa ou subordinados, cuja finalidade é permitir a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, praticam a contabilidade

- a) gerencial.
- b) específica.
- c) agrícola e pastoril.
- d) industrial e de custos.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Analisando as alternativas apresentadas, tem-se:

- contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial – objetiva a evidenciação do patrimônio da entidade pública;
- contabilidade industrial e de custos – praticada nos estabelecimentos industriais do Estado, mantidos no interesse público, como, por exemplo, a Imprensa Oficial, serviços de água, esgoto, transportes, estradas de ferro e demais serviços públicos industriais, com autonomia administrativa ou subordinados;
- contabilidade agrícola ou pastoril – praticada nos campos de experimentação e nas fazendas-modelo de propriedade do Estado e, da mesma forma que a contabilidade industrial, tem como objetivo apurar o custo da produção; e,
- contabilidade gerencial – constitui uma ferramenta importante, com o objetivo de prover a administração com informações que não podem estar inseridas na contabilidade geral ou na contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, por divergirem dela quanto à classificação, ao critério de acumulação e avaliação e, principalmente, como fonte geradora de informações que auxiliem o processo decisório.

Fonte: SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental:** um enfoque administrativo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

43) Na Administração Indireta, o Conselho Regional de Contabilidade, que é um órgão fiscalizador de profissões, é considerado como

- a) autarquia.
- b) fundação.
- c) empresa pública.
- d) administração auxiliar.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Analisando as alternativas, tem-se:

- autarquias – serviços autônomos, criados por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receitas próprias, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada. Ex.: CRC, CREA, CRA, entre outras.
- fundações – entidades dotadas de personalidade jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, criadas em virtude de autorização legislativa, para desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de Direito Público, com autonomia administrativa, patrimônio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos do ente público ou de outras fontes. Ex.: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- empresas públicas – instituídas mediante autorização por lei específica, com personalidade jurídica de Direito Privado, com patrimônio e receitas próprias, têm como objeto a prestação de serviço público ou a exploração de atividade econômica, podendo revestir-se de qualquer das formas jurídicas admitidas em direito (na prática, a maioria das empresas públicas são sociedades anônimas, sendo o Poder Público proprietário de 100% das ações).
- administração auxiliar – não integra a Administração Indireta, apenas complementa a ação do Estado e pode ser dividida em descentralização por cooperação e descentralização por colaboração.

Fonte: SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental:** um enfoque administrativo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

44) Sobre o exercício da função do auditor, analise as afirmativas abaixo.

- I. Para o exercício da função de auditor independente há diversos requisitos morais a serem observados, que são de fundamental significação, dado o caráter de interesses econômicos e financeiros da coletividade.
- II. A função do auditor, por compreender fiscalização e julgamento de atos de terceiros, envolve delicados problemas de relações humanas, que exigem um comportamento educado e compreensivo.
- III. Qualquer que seja o fim a que se destina a auditoria, o auditor deve sempre agir com a mesma isenção de ânimo, imparcialidade e independência técnica e funcional, com o objetivo exclusivo de apurar a verdade, zelando pelo direito dos proprietários do patrimônio (acionistas ou outros investidores) e de terceiros com ele relacionados (fisco, fornecedores, bancos, financiadores e demais credores da empresa).
- IV. O auditor pode obter clientes através de propaganda comercial, de autoelogios, de oferecimento de baixos honorários, de pagamento de comissão por agenciamento de serviços ou de qualquer outra forma de exercer influência sobre o cliente.
- V. A boa qualidade do trabalho executado pelo auditor tem também seus fundamentos éticos, pois a ineficiência ou a negligência do auditor poderão trazer prejuízos morais e materiais a muitas pessoas e entidades envolvidas com a matéria examinada.
- VI. Para o auditor, o sigilo profissional assume papel extremamente importante, desde que ao auditor são confiados todos os segredos da empresa, aos quais podem estar ligados os interesses de muitas pessoas.

Estão corretas somente as afirmativas

- a) II, V e VI.
- b) III, IV e V.
- c) II, III, IV e VI.
- d) I, II, III, V e VI.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A única afirmativa **incorreta** é a “IV”, pois a ética profissional não permite que o auditor procure obter clientes através de: propaganda comercial; autoelogios; oferecimento de baixos honorários; de pagamento de comissão por agenciamento de serviços; ou, qualquer outra forma de exercer influência sobre o cliente.

Fonte: FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 184.

45) A estrutura da Administração Pública classifica as funções quanto ao objeto. As funções cujo objetivo é informar todo o trabalho econômico, de tal forma que os esforços empregados sejam convergentes para a realização eficaz dos fins almejados, é a(o)

- a) direção.
- b) controle.
- c) estratégia.
- d) investimento.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Analisando as funções apresentadas, tem-se:

- direção – tem por objetivo informar, disciplinar e governar todo o trabalho econômico, de tal forma que os esforços empregados sejam convergentes para a realização eficaz dos fins almejados;
- controle – deve ser exercida em todos os níveis e em todos os órgãos;
- estratégia – não integra as funções quanto ao objeto na estrutura da Administração Pública; e,
- investimento – não integra as funções quanto ao objeto na estrutura da Administração Pública.

Fonte: SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

46) Em relação ao Controle Interno na Administração Pública e considerando seu aspecto estrutural, esse controle deve estar infiltrado em toda a organização e inclui os sistemas

- a) patrimonial, gestão e contas.
- b) tributos, tesouraria e crédito.
- c) informação, comunicação e tecnológico.
- d) contabilidade, administração financeira e auditoria.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Ao estabelecer que cada um dos Poderes terá seu sistema de Controle Interno, a Constituição Federal de 1988 inovou em relação às normas anteriores, que previam o controle interno apenas como sendo de responsabilidade do Poder Executivo. Sob o aspecto estrutural, o controle interno deve estar infiltrado em toda a organização e inclui os sistemas de contabilidade, administração financeira e auditoria interna.

Fonte: SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental:** um enfoque administrativo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

47) A Contabilidade aplicada ao setor público é uma especialização da ciência contábil que objetiva fornecer à Administração informações sobre, **exceto:**

- a) organização e execução dos orçamentos.
- b) normas para as movimentações de pessoal.
- c) controle de custos e eficiência do setor público.
- d) registro, controle e acompanhamento das variações do patrimônio do Estado.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

As normas para as movimentações de pessoal não são atribuições da Contabilidade.

Fonte: SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental:** um enfoque administrativo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

48) Sob a perspectiva do setor público, o Princípio Contábil que se refere ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas é o da

- a) entidade.
- b) prudência.
- c) continuidade.
- d) oportunidade.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Analisando os princípios contábeis apresentados, tem-se:

- entidade – se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente;
- prudência – determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido;
- continuidade – pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância; e,
- oportunidade – refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Fonte: SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental:** um enfoque administrativo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

49) O Princípio que determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido é o da

- a) entidade.
- b) prudência.**
- c) oportunidade.
- d) competência.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Analisando os princípios contábeis apresentados, tem-se:

- entidade – se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente;
- prudência – determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido;
- oportunidade – refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas; e,
- competência – determina que os efeitos das transações e outros eventos reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Fonte: SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

50) Na Contabilidade Governamental, o regime que adota os critérios de apropriação em que as despesas, pelo regime de empenho e as receitas pelo regime de caixa, é o

- a) misto.**
- b) caixa ajustado.
- c) de competência.
- d) de competência ajustado.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Analisando os regimes apresentados, tem-se:

- misto – as despesas são realizadas pelo regime de empenho e as receitas, pelo regime de caixa;
- regime de caixa – as despesas ocorrem no momento do efetivo pagamento, ou seja, na saída de recursos disponível. Os ingressos somente são registrados quando ocorre a entrada dos recursos;
- regime de competência – registra as receitas quando nasce o crédito em favor do Estado mediante o lançamento tributário efetuado pelo órgão competente. Reconhece as despesas em função dos compromissos ou obrigação assumidas; e,
- de competência ajustado – os organismos internacionais ainda identificam a existência do regime de caixa ajustado e do regime de competência ajustado, que correspondem às alternativas dos dois regimes acima e referem-se basicamente aos critérios de contabilização dos ativos e passivos de longo prazo, quando a entidade não utiliza o regime de competência total que denominam de *full accrual basis*. Portanto, não são aplicados na contabilidade governamental.

Fonte: SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

51) Ancora o processo de planejamento orçamentário e estabelece que os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional. Trata-se do princípio da

- a) **Unidade.**
- b) Previsão.
- c) Universalidade.
- d) Racionalidade e razoabilidade.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Analisando os princípios contábeis apresentados, tem-se:

- **unidade** – estabelece que os planos devem ser integrados e coordenados entre si, conforme, inclusive, determinação Constitucional que estabelece: os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional; e, os orçamentos fiscal e de investimentos das empresas, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional;
- **previsão** – estabelece a necessidade de antever as ações num certo lapso de tempo em função de objetivos almejados, recursos disponíveis e possibilidade de controle;
- **universalidade** – engloba todas as fases do processo econômico, social e administrativo e, ainda, todos os setores e níveis de administração; e,
- **racionalidade e razoabilidade** – reduz o número de alternativas apresentadas com vistas a obter compatibilidade com os recursos disponíveis.

Fonte: SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

52) Uma empresa realizou a construção de uma creche para uma prefeitura. Para a liquidação dessa despesa o órgão público deverá apurar o(a)

- a) nome do credor e a importância da despesa.
- b) nota de empenho, o comprovante de execução da obra e o contrato da obra.
- c) especificação da despesa, a declaração expressa e a indicação do código orçamentário.
- d) **origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A liquidação da despesa é o ato do órgão competente que, após o exame da documentação, torna, em princípio, líquido e certo, o direito do credor contra a Fazenda Pública. A liquidação da despesa implica, portanto, no reconhecimento de um passivo no patrimônio. Assim, a liquidação da despesa consiste na verificação desse direito do credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. As despesas somente serão pagas quando ordenadas após sua regular liquidação. Na liquidação, o órgão contábil deverá apurar: origem e objeto do que se deve pagar; importância exata a pagar; e, a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

Fonte: SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

53) O período em que se processam as atividades peculiares do processo orçamentário, definindo-se como uma série de etapas que se repetem em períodos prefixado, segundo os quais os orçamentos são preparados, votados, executados, os resultados avaliados, e as contas, finalmente, aprovadas, denomina-se

- a) **ciclo orçamentário.**
- b) exercício financeiro.
- c) execução do orçamento.
- d) movimentação de finanças pessoais.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

O ciclo orçamentário corresponde ao período em que se processam as atividades peculiares do processo orçamentário, definindo-se como uma série de etapas que se repetem em períodos prefixados, segundo os quais os orçamentos são preparados, votados, executados, os resultados avaliados, e as contas, finalmente, aprovadas.

O ciclo orçamentário não se confunde com o exercício financeiro, pois este corresponde a uma das fases do ciclo, ou seja, à execução do orçamento, tendo em vista que a fase de preparação da proposta orçamentária e sua elaboração legislativa precedem o exercício financeiro, e a fase da avaliação e prestação de contas ultrapassa-o.

Fonte: SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

54) A receita pública flui para os cofres públicos dentro de uma sistemática evolutiva, tendo em vista a sequência operacional de que resulta seu recebimento. O lançamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), é considerado um lançamento

- a) direto ou de ofício.
- b) por arrecadação direta.
- c) por arrecadação indireta.
- d) **por homologação ou autolancamento.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A modalidade de lançamento por homologação ou autolancamento decorre da obrigação do sujeito passivo de prestar as informações solicitadas pelo Estado com relação às suas atividades, calculando o montante do tributo devido e antecipando o pagamento, antes de qualquer análise por parte da autoridade administrativa. No estudo dessa modalidade, é preciso considerar que o Código Tributário Nacional estabelece que a atividade de lançamento é privativa da autoridade administrativa que, conseqüentemente, só se opera com a homologação. Ex: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Fonte: SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

55) O Poder Executivo fará, bimestralmente, a verificação do comportamento da receita e, caso se constate que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, todos os Poderes e o Ministério Público da União (MPU) deverão proceder a limitações de empenho e movimentação financeira (contingenciamento) nos montantes necessários para o cumprimento do resultado fixado, no prazo de quantos dias?

- a) 15.
- b) **30.**
- c) 60.
- d) 90.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

O prazo de 30 (trinta) dias é estabelecido para que todos os Poderes e o Ministério Público da União (MPU) procedam à limitação de empenho e movimentação financeira (contingenciamento) nos montantes necessários para o cumprimento do resultado fixado.

Fonte: ALBUQUERQUE, C. M.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. **Gestão de Finanças Públicas.** 2. ed. Brasília: Cidade, 2008.

56) Está relacionado estritamente com a prática do recolhimento de todos os recursos a uma caixa única do Tesouro e estabelece que não deve haver recursos financeiros separados e independentes, ou seja, sem discriminação quanto à sua aplicação. Trata-se do princípio da

- a) Clareza.
- b) Exclusividade.
- c) **Não Afetação da Receita.**
- d) Legalidade da Tributação.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Analisando os princípios apresentados, tem-se:

- clareza – a publicidade dos quadros orçamentários não é imperativo suficiente para aprovação por parte do Poder Legislativo. Esse princípio deve ser completado com outro preceito formal relativo à clareza do orçamento;
- exclusividade – que decorre do aspecto jurídico do orçamento, ou seja, como ato-condição, significando que a lei de meios não poderá conter dispositivo estranho à fixação das despesas e previsão das receitas, ressalvada a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, bem como a autorização para destinação do superávit ou cobertura de déficit;
- não afetação da receita – postula o recolhimento de todos os recursos a uma caixa única do Tesouro, sem discriminação quanto à sua destinação; e,
- legalidade da tributação – diz respeito às limitações que o Estado possui quanto ao seu poder de tributar.

Fonte: SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

57) A contabilidade aplicada ao setor público é organizada na forma de sistema de informações, cujos subsistemas, conquanto possam oferecer produtos diferentes em razão da respectiva especificidade, convergem para o produto final, que é a informação sobre o patrimônio público. Em relação ao tema, analise.

- I. O subsistema orçamentário registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- II. O subsistema patrimonial registra, processa e evidencia os atos financeiros, não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
- III. O subsistema de custos registra, processa e evidencia os custos dos bens e serviços, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública, considerando os objetos de custo estabelecidos.
- IV. O subsistema de compensação registra, processa e evidencia os atos de gestão, cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.

Estão corretas as afirmativas

a) I, II, III e IV.

b) I e II, somente.

c) II e III, somente.

d) III e IV, somente.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Todas as afirmativas estão corretas, visto que a contabilidade pública opera como elemento integrador dos sistemas de registro orçamentário, patrimonial, orientado para a determinação dos resultados orçamentário, financeiro e patrimonial, e, ainda, o controle das operações.

Fonte: SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

58) A Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o elo entre o Plano Plurianual (PPA), que funciona como um plano de Governo e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Para a União, a Constituição Federal estabelece que compete à Lei de Diretrizes Orçamentárias, **exceto**:

a) orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

b) dispor sobre as alterações na legislação tributária.

c) estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

d) **criar condições para avaliação e mensuração dos indicadores e dos efeitos destes sobre a sociedade.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

A alternativa **incorreta** é a "D", pois refere-se ao objetivo de avaliação do Plano Plurianual, e não da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Fonte: ALBUQUERQUE, C. M.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. **Gestão de Finanças Públicas**. 2. ed. Brasília: Cidade, 2008.

59) Preencha a lacuna abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

Sobre a inscrição em restos a pagar, no final de mandato, até a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os governos acumulavam débitos junto aos fornecedores, comprometendo as receitas futuras e acarretando dificuldades para a gestão das finanças públicas. Para evitar esse tipo de prática, a LRF estabeleceu que o governo só poderá contrair obrigações de despesas que possam ser pagas integralmente no próprio exercício ou quando, havendo parcelas a serem pagas em exercício futuro, existir também disponibilidade financeira que comporte o pagamento, nos últimos quantos meses de cada mandato?

- a) 3.
- b) 4.
- c) 8.**
- d) 9.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Para evitar tal prática, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu que, nos últimos 8 (oito) meses (dois quadrimestres) de cada mandato, o governo só poderá contrair obrigações de despesas que possam ser pagas integralmente no próprio exercício ou quando, havendo parcelas a serem pagas em exercício futuro, houver também disponibilidade financeira que comporte o pagamento. Com essa determinação como regra geral, a inscrição em restos a pagar, em final de mandato, ficou restrita às situações em que a administração disponha de saldos financeiros que suporte o valor inscrito.

Fonte: ALBUQUERQUE, C. M.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. **Gestão de Finanças Públicas**. 2. ed. Brasília: Cidade, 2008.

60) O conteúdo do Plano Plurianual é composto basicamente por dois grandes módulos. Assinale-os.

- a) Base estratégica e programas.**
- b) Retificação da receita e compensação da receita.
- c) Restituição de tributos recebidos a maior ou indevidamente e retificação da receita.
- d) Compensação da receita e restituição de tributos recebidos a maior ou indevidamente.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

As alternativas “B”, “C” e “D”, na gestão financeira, integram as deduções da Receita Orçamentária.

O PPA é composto da Base Estratégica que compreende a análise da situação econômica e social, diretrizes; objetivos e prioridades de governo propostas pelo(a) Chefe do Poder Executivo e aprovadas pelo Poder Legislativo; previsão dos recursos orçamentários e sua distribuição entre os setores e/ou entre os programas; e, diretrizes, objetivos e prioridades dos órgãos setoriais compatíveis com a orientação estratégica do governo.

Os programas compreendem: definição dos problemas a serem solucionados, expressos em indicadores; objetivos a serem alcançados na superação desses problemas; e, conjunto de ações, ou iniciativas, que deverão ser empreendidas, para alcançar as metas dos objetivos estabelecidos.

Fonte: ALBUQUERQUE, C. M.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. **Gestão de Finanças Públicas**. 2. ed. Brasília: Cidade, 2008.